



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

**ATA - TRE/PRE/DG/GPEG/NPGE**

**2ª Reunião do Conselho de Governança e de Análise da Estratégia de 2021**

**Data:** 28/6/2021

**Horário:** 11h40 às 13h30 e 15h30 às 17h40

**Local:** Auditório Ivan Melo e via Videoconferência na plataforma Google Meet

**Secretário:** Sandro Gonçalves Borges

**Pauta:**

- 1 - Abertura;
- 2 - PEJEP 21-26;
- 2.1 - Etapas de Elaboração do Plano;
- 2.2 - Mapa Estratégico;
- 2.3 - Submissão ao Conselho: Validação e Aprovação.

PARTICIPANTES MEMBROS DO CONSELHO DE GOVERNANÇA	
NOME	CARGO
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento	Presidente
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário	Vice-Presidente e Corregedor Substituto
Felipe Houat de Brito	Diretor-Geral
Miguel Chiere Bitar de Moraes	Secretário de Auditoria (SEAUD)
Sabrina Bittencourt Guimarães Castro	Secretária de Gestão de Pessoas (SGP)
Mayra Carvalho Cavalcante Pantoja e Silva	Secretária Judiciária (SJ)
Alessandro dos Santos Cruz	Secretário de Tecnologia da Informação (STI)
Hérika Carla da Costa Sodré de Souza	Secretária de Administração (SA)
Ricardo Serruya de Medeiros	Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituto (SOFC)

PARTICIPANTES CONVIDADOS	
NOME	UNIDADE
Sandro Gonçalves Borges	Gabinete de Planejamento, Estratégia e Gestão (Secretário do Conselho de Governança)
Nathalie Christina de Oliveira Castro	Coordenadoria da Corregedoria (CCRE)
Elaine Cristina de Jesus Santana da Silva Machado	Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral (CEJE)
Valéria Athayde Fontelles de Lima	Assessoria da Ouvidoria (ASOUV)

Kariny Fidelix Franco	Núcleo Sócio Ambiental (NSA)
Natália Seabra dos Santos	Núcleo de Estatística (NEST)
Roberto de Araujo Moura	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica (NPGE)
Alex Adam Ramos de Aquino	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica (NPGE)
Ana Carolina Leão Alencar	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica (NPGE)
Leila Castro França	Núcleo de Planejamento e Gestão Estratégica (NPGE)

## **Registros da reunião:**

### **1 - Abertura**

#### **1.1 - Da Presidente**

A Presidente do TRE-PA, Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, cumprimentou os presentes e ressaltou a importância deste momento, mostrando-se confiante de que será proveitosa a reunião em curso. Agradeceu a participação do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário que está substituindo o Corregedor. Falou sobre a importância daquele momento em que está sendo definido um planejamento de longo prazo, considerando que serão 5 anos de vigência. Ressaltou que, em geral, cada gestão, constatando a necessidade, faz adequações a esse planejamento, conforme visto em gestões passadas. Nesta gestão, contudo, não houve isso, considerando estar em tramitação a reavaliação. Em seguida, agradeceu a presença das pessoas e ratificou que seria muito proveitosa a reunião porque esse é um resultado de vários encontros com macrogestores, pesquisa interna e externa, enfim, foram vários passos para se chegar até este momento, que é o do Planejamento Estratégico Institucional. O TRE sempre zelou por gestão de riscos e planejamentos, sendo que o órgão tem essa característica há muitos anos servindo de referência para outros segmentos de justiça em razão desse perfil. Em seguida, passou a palavra ao Diretor-Geral, Felipe Brito.

#### **1.2 - Do Diretor-Geral**

Felipe, após cumprimentar a audiência, agradeceu a participação principalmente numa circunstância difícil daquela ocasionada pela falta de energia elétrica, que é um motivo alheio à vontade do Tribunal, mas que esse era o momento final de uma etapa extensa, de muitas discussões e de inclusão. Destacou que o Planejamento Estratégico foi construído a muitas mãos. Para tanto, foram ouvidos todos os que a Justiça Eleitoral atende, que é a sociedade e, principalmente, aqueles que nela atuam, tais quais os magistrados, os membros da Corte e nós servidores.

Também ressaltou que desde o início, quando foi construída a Análise SWOT, as pessoas que foram ouvidas contribuíram de forma muito significativa, inclusive em alguns momentos sendo críticas para um ponto de falha ou de atenção que precisam ser observados. Isso é relevante porque nós fomos ao encontro da sociedade colher essas informações para entender sua expectativa, resultando num produto muito importante que é o mapa de empatia. Por meio deste documento, foi possível entender as percepções desse segmento, por exemplo, há hoje uma certa crítica em relação à transparência do processo de votação eletrônica, o que foi recepcionado no tribunal no sentido de que seja promovido dentro do seu planejamento para os próximos anos formas de incluir a sociedade nesse diálogo sobre a segurança do processo de votação. Adicionalmente, foram trazidos representantes das zonas eleitorais para a sede a fim de participarem das oficinas conduzidas para definição dos macrodesafios e indicadores estratégicos, o que foi muito profícuo. O DG informou que tais servidores contribuíram com a visão da ponta lembrando que as ZEs atendem aos eleitores, convivem diariamente com eles e também executam as eleições, sejam gerais ou municipais. Ressaltou que o atual plano amadureceu muito porque na versão anterior, chegou-se a ter mais de 40 indicadores, o que não era possível medir tampouco acompanhar e desenvolver a instituição. Como resultado deste trabalho, foram definidos 11 macrodesafios e 21 possíveis indicadores a serem analisados. Estes são concisos e setorizados, o que de fato agrega valor ao negócio, ainda assim os gestores terão a oportunidade de construir a ficha de cada um deles, a qual será validada, posteriormente, por meio de portaria.

### **2 - PEJEP 21-26**

#### **2.1 - Etapas de elaboração do Plano**

O chefe do NPGE, Roberto Moura, retomou a pauta e fez uma breve recordação das etapas de elaboração do PEJEP, que se iniciou em novembro de 2020 com a formulação do planejamento inaugural e aprovação pelo Conselho de Governança. Foram aplicadas pesquisas de opinião de janeiro a abril de 2021 cujos resultados deram origem à Matriz SWOT e aos Mapas de Empatia. A partir de maio, foram feitas reuniões baseadas nessas pesquisas e na experiência adquirida pelo GPEG com o processo para definição dos direcionadores, que são: missão, visão e valores. Posteriormente, no mês de junho, foram realizadas, com a excelente ajuda do Doutor Marco Bruno Clementino, oficinas lúdicas para a definição dos textos dos macrodesafios e dos indicadores estratégicos e, finalmente, no dia 28 de junho, foi apresentado o trabalho realizado para apreciação.

Roberto Moura explicou sobre a metodologia a qual seguiu o Ciclo da Estratégia que, diferentemente do Planejamento anterior, foi possível separar e enxergar com clareza o que são os direcionadores, macrodesafios, iniciativas, projetos e indicadores. Na sequência, informou que, segundo o nosso normativo de regulamentação da estratégia, a própria dinâmica de definição do Plano Estratégico e indicadores já permite que tratemos de forma separada. Desta forma, vislumbram-se as seguintes etapas:

Primeira: neste momento inicial, para tratarmos do Planejamento Estratégico em si, serão considerados os direcionadores estratégicos, missão, visão, valores e os macrodesafios. No Plano, teremos os indicadores com ideia do que será medido, já a forma de medição teremos no segundo momento;

Segunda: neste momento, sugerimos um prazo de 60 dias para a definição de Glossário dos indicadores e metas. Com relação ao Glossário dos indicadores, será interessante termos como um documento separado porque a competência para essa alteração cabe à Presidência e ao Diretor-Geral, enquanto que a competência para o Plano em si, que são os nossos rumos macros, cabe ao Pleno, dessa forma conseguimos dar a devida importância ao planejamento e ao documento acessório a ele.

Prosseguindo sua explanação, Roberto pontuou que cada gestão é um momento onde o Desembargador ou a Desembargadora que irá assumir decide de qual maneira irá seguir o Planejamento. Acrescentou que o Plano, que vigerá nos próximos 5 anos, prevê que nas gestões subsequentes as iniciativas e projetos sejam elencados para o desenvolvimento do respectivo plano de gestão. Ao final, temos a parte de monitoramento e comunicação, que remete a um trabalho contínuo que envolve Reuniões de Análise da Estratégia, a alimentação mensal dos indicadores e o acompanhamento da alta gestão sobre como anda cada macrodesafio.

## **2.2 - Sobre o Mapa Estratégico**

A seguir, apresentou o Mapa Estratégico, principal produto entregue hoje. Neste podemos visualizar 3 perspectivas encadeadas que são: Aprendizado e Crescimento na base; a partir dela fornecemos condições para executar os nossos macrodesafios de Processos Internos; e que, por sua vez, viabiliza a execução dos macrodesafios da perspectiva Sociedade. Todo o trabalho desenvolvido pelo órgão segue essa orientação.

Na oportunidade, Sandro Borges, Chefe do GPEG, pediu a palavra para elucidar a importância da Estratégia no Tribunal. Sandro comparou com a decisão de uma pessoa em se tornar um médico, que no caminho até o objetivo final surgem necessidades de adaptações dos planos, porém o que a pessoa quer, ser médico, não sofre alteração, o que muda é a forma como irá chegar ao resultado. De modo análogo, a estratégia do órgão tem que permitir essa flexibilidade fazendo os ajustes cabíveis a partir da realidade, por exemplo, quem estava inerte e se deparou com a pandemia, não sabia o que fazer. A gente não sabe se, no futuro, teremos uma eleição com voto impresso ou enfrentaremos uma terceira cepa do vírus, portanto a gente delimita os cenários, mas dá flexibilidade para as gestões adaptarem seus planos de ações. Em suma, retomando o exemplo, tal como a carreira de um médico, que requer anos de estudos e muito esforço, assim é a estratégia de um órgão, que requer esforço e anos de dedicação para alcançar os resultados pretendidos. Por fim, explicou que o Mapa Estratégico fornece uma visão macro do caminho que iremos percorrer para atingir os objetivos que são a missão e visão respeitando nossos valores. Explicou como se dará o ciclo de acompanhamento do PEJEP. As iniciativas estratégicas já estão de acordo com o Plano em elaboração. Demonstrou o Mapa estratégico elaborado pelo NPGE, que está em conformidade com o direcionamento CNJ. Reforçou que o mapa é um caminho que permitirá chegar na missão e visão do órgão.

Roberto, retomando a exposição, agradeceu a participação e dedicação de todos e todas que participaram da construção do PEJEP. Explicou, ainda, que a frase “Sua digital está aqui” significa

que tivemos mais de 160 servidores(as) que participaram durante todo o processo, o que foi corroborado por Sandro. Este destacou que o planejamento é fruto de um avanço incremental, que a cada ciclo temos a oportunidade de prosseguir um pouco mais.

Sandro, em complemento, explicou que a intenção foi reduzir o número de indicadores para que fiquem efetivamente aqueles voltados ao resultado que das entrega e que sejam gerenciais, ou seja, que não estejam relacionados a processos. Como exposto anteriormente, que possuam a característica da flexibilidade, ou seja, uma estratégia que aponte o caminho, mas que permita aos gestores ajustá-lo para alcançar seus objetivos e nesse contexto vincular a conexão do plano de gestão à estratégia nacional, em que pese tenham sido definidos em momentos distintos.

### **2.3 - Submissão ao Conselho: Validação e Aprovação**

A partir desse momento, passou-se à validação dos direcionadores estratégicos, macrodesafios e indicadores pelo Conselho.

Direcionadores validados:

- **Missão**

De início, Roberto leu a Missão do Tribunal “Garantir a transparência e a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia” e passou a palavra aos membros para que fosse validada. Sandro interveio e explicou a dinâmica de trabalho a ser adotada para auferir maior fluidez, a saber: os direcionadores, macrodesafios e indicadores serão apresentados e lidos, em seguida submetidos à validação e aprovação, sendo esclarecidas eventuais dúvidas neste íterim. Quanto à missão, Sandro explicou à Presidente que houve apenas a inclusão do termo “transparência” na redação. Na sequência, sem nenhuma objeção, foi aprovada a missão do TRE -PA.

- **Visão de futuro**

Logo após, foi apresentada a Visão de futuro do Tribunal “Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na prestação jurisdicional”. A Presidente questionou se o uso do termo excelência estaria adequado; se não estaria passando uma imagem arrogante. Sandro explicou que se trata de uma imagem no futuro, diferente da Missão que é um produto de consumo para o público interno e externo, a Visão não é para consumo de público externo.

A secretária de administração, Hérica Sodré, expôs que está de acordo com a proposta de visão e sugeriu incluir o termo acessibilidade dos serviços, apresentando a seguinte descrição: “Ser reconhecido como órgão de excelência, pautado pela inovação e qualidade, na gestão do processo eleitoral, na prestação jurisdicional e na acessibilidade dos serviços”. A visão foi aprovada com os ajustes propostos pela SA.

- **Valores**

Roberto explicou que foram considerados os valores mais votados nos formulários de pesquisa aplicados. Todos têm o mesmo nível de importância, os quais são elencados a seguir: ética, celeridade, transparência, efetividade, acessibilidade, sustentabilidade, inovação e credibilidade. Em seguida, abriu a palavra para comentários e, por não haver discordâncias, os valores foram aprovados.

Depois, passou a tratar as descrições dos macrodesafios. Sandro fez a observação de que os macrodesafios foram validados pelos macrogestores e pelas ZEs que participaram das oficinas.

Na **Perspectiva Sociedade** os macrodesafios e indicadores foram validados conforme a seguir:

1. **Garantia dos Direitos Fundamentais.** Houve ajustes na descrição deste macrodesafio, de modo a evitar expressões com flexão de gênero, sendo aprovada a seguinte redação: Trata-se de garantir os direitos fundamentais de todas as pessoas, com a facilitação do acesso aos serviços da Justiça Eleitoral, promovendo a inclusão dos diversos atores sociais, em especial das minorias, a conscientização e a formação política, considerando-se as peculiaridades locais.

Roberto fez a leitura dos indicadores do referido macrodesafio. Sandro explicou que esses atendem o quesito de flexibilidade podendo ser ajustados conforme as necessidades que forem surgindo. Os 3 indicadores relacionados a este macrodesafio foram aprovados.

- 1.1) Índice de satisfação do usuário;
- 1.2) Índice de equidade no atendimento; e
- 1.3) Índice de Acessibilidade.

2. **Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade.**

Houve ajustes na descrição deste macrodesafio, sendo aprovada a seguinte redação: Trata-se de diversificar as estratégias de comunicação com a criação de mídias educativas e informativas, visando esclarecer e disseminar temas eleitorais, inclusive combatendo a desinformação. Preconiza ainda a integração institucional para a eficiência dos serviços públicos. Os 3 indicadores relacionados a este macrodesafio foram aprovados.

- 2.1) Índice de comunicação institucional;
- 2.2) Índice de comunicação institucional; e
- 2.3) Índice de resultado das parcerias institucionais.

Na **Perspectiva Processos Internos**, os macrodesafios e indicadores foram validados conforme a seguir:

1. **Promoção da Sustentabilidade.** Houve ajustes na descrição do macrodesafio, sendo aprovada a seguinte redação: Refere-se a um conjunto de ações que visam ao aperfeiçoamento de práticas sustentáveis, considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o economicamente equilibrado. O único indicador relacionado a este macrodesafio, foi aprovado.

- 1.1) Índice de cumprimento das metas do PLS.

2. **Gestão e Segurança do Processo Eleitoral.** Sobre este macrodesafio, Sandro explicou que é específico da Justiça Eleitoral. Foi decidida a seguinte descrição: Trata-se da adoção de estratégias, políticas e práticas que visem ao fortalecimento do processo eleitoral, envolvendo o fomento de inovações voltadas ao atendimento, à identificação do(a) eleitor(a), aos(as) mesários(as) e à logística de realização das eleições. O único indicador relacionado a este macrodesafio, foi aprovado.

- 2.1) O Índice de resultado das eleições.

3. **Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.** Sobre este macrodesafio, houve ajustes pontuais na sua descrição. Foi proposta a substituição da palavra gargalo por pontos críticos e do texto referente à inteligência artificial por “com utilização de técnicas avançadas de computação”. Foram registradas as alterações propostas. A descrição do macrodesafio assim ficou: Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, visando à razoável duração do processo, com a melhoria do sistema de tramitação processual por meio da gestão qualitativa da informação judicial. Envolve o mapeamento e o desenvolvimento de soluções para os pontos críticos que comprometam a prestação jurisdicional e inclui, quando viável, a gestão documental sistêmica e a utilização de técnicas avançadas de computação. Os 2 indicadores relacionados a este macrodesafio foram aprovados.

- 3.1) Índice de cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2 do Poder Judiciário; e
- 3.2) Tempo de tramitação dos processos.

Em virtude da falta de energia no prédio do tribunal, foi feito um intervalo das 13h30 às 15h30. Após a retomada da reunião, Sandro Borges fez a leitura do próximo macrodesafio:

4. **Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.** Descrição aprovada: Conjunto de atos que visem à priorização da tramitação dos

processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de ilícitos eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito da Justiça Eleitoral do Pará. Trata-se também da promoção de ações de conscientização sobre ilícitos eleitorais, à sociedade e aos órgãos de segurança pública, evidenciando seu papel enquanto atores do mecanismo de fiscalização. Os 2 indicadores relacionados a este macrodesafio foram aprovados.

- 4.1) Índice de cumprimento da Meta Nacional 4 do Poder Judiciário; e
- 4.2) Tempo de tramitação dos processos.

5. **Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.** Descrição aprovada: Trata-se da estruturação de sistema orgânico, com divisão dos assuntos por temas, que facilite e agilize a aplicação interna do sistema de precedentes, a fim de garantir ampliação da segurança jurídica e da uniformidade na prestação jurisdicional no âmbito da Justiça Eleitoral. Os 2 indicadores deste macrodesafio sofreram ajustes, conforme a seguir:

- 5.1) índice de prolação de decisões monocráticas; e
- 5.2) índice de recorribilidade das decisões.

6. **Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.** Descrição aprovada: Formulação, implantação e monitoramento de políticas e estratégias aderentes às especificidades locais, produzidas de forma colaborativa pelos atores desta justiça especializada e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à desburocratização, à simplificação de processos internos e adoção das melhores práticas de gestão e governança. Os 2 indicadores relacionados a este macrodesafio foram aprovados.

- 6.1) Índice de Governança; e
- 6.2) Índice de aderência às recomendações de auditorias.

7. **Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.** Descrição aprovada: Refere-se ao conjunto das políticas, métodos e práticas adotadas para a valorização de magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as), permeados pela humanização nas relações de trabalho, favorecendo a troca de experiência, promoção da qualidade de vida e saúde, desenvolvimento de competências, distribuição da força de trabalho, criatividade e inovação. A gestão deve ser baseada na produtividade, com vistas ao alcance dos demais objetivos estratégicos da instituição. Os 2 indicadores relacionados a este macrodesafio foram aprovados.

- 7.1) Índice de desenvolvimento de competências; e
- 7.2) Índice de saúde e qualidade de vida no trabalho.

8. **Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.** Descrição aprovada: Refere-se à necessidade de dimensionar, racionalizar e priorizar a programação e alocação dos recursos, mediante gestão participativa com os setores do Tribunal, alinhados aos objetivos estratégicos, visando alcançar a eficiência da gestão administrativa, prestação jurisdicional e da gestão das eleições. O único indicador relacionado a este macrodesafio foi aprovado.

- 8.1) Índice de execução de projetos estratégicos.

9. **Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.** Descrição aprovada: Aplicação das melhores práticas de governança de TI, modernização da infraestrutura de TIC, garantia da disponibilidade dos serviços, alinhamento com as principais normas e sistemas que garantam a proteção e segurança de dados, promoção da inovação em soluções multiplataforma, quando viável, com uso de inteligência artificial para aprimorar o atendimento ao cidadão e otimização do processo de negócios. Após ajustes, os 4 indicadores relacionados a este macrodesafio foram aprovados.

- 9.1) Índice de continuidade;

- 9.2) Índice de atualização do parque computacional;
- 9.3) Índice de automatização de processos de trabalho; e
- 9.4) Índice de cumprimento de requisitos de Proteção de Dados.

### 3 - Conclusão da Reunião

A Desembargadora agradeceu a todos(as) os(as) presentes pela colaboração na construção do Plano e, especialmente à equipe do Planejamento pelo empenho, dedicação, compromisso e pelo valioso resultado, o que demonstra maturidade desta instituição.



Documento assinado eletronicamente por **NATHALIE CHRISTINA DE OLIVEIRA CASTRO**, **Coordenador**, em 12/07/2021, às 12:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS**, **Secretário Substituto**, em 12/07/2021, às 13:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HOUAT DE BRITO**, **Diretor Geral**, em 12/07/2021, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**, **Corregedor Regional Eleitoral em exercício**, em 12/07/2021, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELAINE CRISTINA DE JESUS SANTANA DA SILVA MACHADO**, **Coordenadora**, em 12/07/2021, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAYRA CARVALHO CAVALCANTE PANTOJA E SILVA**, **Secretária**, em 12/07/2021, às 22:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NATÁLIA SEABRA DOS SANTOS**, **Chefe de Núcleo**, em 13/07/2021, às 07:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALERIA ATHAYDE FONTELLES DE LIMA**, **Assessor**, em 13/07/2021, às 14:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO**, **Presidente**, em 14/07/2021, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DOS SANTOS CRUZ**, **Secretário**, em 19/07/2021, às 10:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL CHICRE BITAR DE MORAES**, **Secretário**, em 19/07/2021, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ALEX ADAM RAMOS DE AQUINO**, **Técnico Judiciário**, em 20/07/2021, às 08:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SABRINA BITTENCOURT GUIMARÃES CASTRO**, **Secretário**, em 20/07/2021, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ**, **Secretária**, em 26/07/2021, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KARINY FIDELIX FRANCO**, **Chefe de Núcleo**, em 27/07/2021, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA LEÃO ALENCAR**, **Assistente**, em 27/07/2021, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA CASTRO FRANÇA**, **Analista Judiciário**, em 28/07/2021, às 10:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO DE ARAÚJO MOURA**, **Analista Judiciário**, em 02/08/2021, às 09:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO GONÇALVES BORGES**, **Chefe de Gabinete**, em 03/08/2021, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1332247** e o código CRC **80F15148**.